REFLEXÃO

DOSSIÊ

**Hermenêuticas do feminino: fé, memória e narrativa**

**Editores**
Ceci Maria Costa Baptista Mariani, Breno Martins Campos

**Conflito de interesses**
Não há conflito de interesses.

**Recebido**
20 out. 2025

**Versão final**
12 jun. 2026

**Aprovado**
28 jun. 2026

# Hermenêuticas do feminino e os limites da desconstrução: uma análise crítica das tensões no uso da teoria pós-estruturalista

## *Hermeneutics of the feminine and the limits of deconstruction: a critical analysis of tensions in the use of post-structuralist theory*

Eduardo Sales de **Lima**[1]

[1] Universidade Cesumar, Escola de Humanidades, Programas de Teologia e Filosofia, Maringá, PR, Brasil. *E-mail*: <f.eduardo.sales@hotmail.com>.

**Como citar este artigo:** Lima, E. S. Hermenêuticas do feminino e os limites da desconstrução: uma análise crítica das tensões no uso da teoria pós-estruturalista. *Reflexão*, v. 51, e2617670, 2026. https://doi.org/10.24220/2447-6803v51a2026e2617670.

### Resumo

Este artigo realiza um balanço crítico da incorporação de ferramentas pós-estruturalistas pelas hermenêuticas feministas contemporâneas, argumentando que o mecanismo de "desestruturação" implica em "desistoricização", contribuindo para transformação de estruturas históricas modificáveis em condições ontológicas naturalizadas (objetos, mercadorias). A partir do conceito de "ironia da história" de Reinhold Niebuhr, serão analisados três casos paradigmáticos: Judith Butler, Hélène Cixous e Luce Irigaray, nos quais intenções emancipatórias produzem resultados distorcidos quando apropriados por lógicas neoliberais. Como contribuição, propõe-se o conceito de dupla referência como categoria hermenêutica capaz de resgatar a historicidade do sujeito. Neste, a coincidência entre posição vivida e posição epistêmica impede a dissolução pós-estruturalista do sujeito sem recair em essencialismo. A obra de Lélia Gonzalez, pensada a partir de sua condição de mulher negra brasileira, ilustra como essa dupla referência ancora o sujeito em determinações históricas concretas que ele pode reconhecer, nomear e transformar. A metodologia combina análise crítica de textos do feminismo pós-estruturalista com exame de suas consequências em contextos periféricos onde o neoliberalismo assume formas particularmente agressivas. Conclui-se pela necessidade de hermenêuticas que preservem a historicidade como condição de práxis transformadora.

**Palavras-chave**: Desistoricização. Dupla referência. Hermenêutica feminista. Lélia Gonzalez. Neoliberalismo. Pós-estruturalismo.

### *Abstract*

*This article undertakes a critical examination of the incorporation of post-structuralist tools by contemporary feminist hermeneutics, arguing that the mechanism of "destructuring" implies "de-historicization" – the transformation of modifiable historical structures into naturalized ontological conditions (objects, commodities). Drawing on Reinhold Niebuhr's concept of the "irony of history," we analyze three paradigmatic cases – Judith Butler, Hélène Cixous, and Luce Irigaray – in which emancipatory intentions produce distorted results when appropriated by*

CC BY

*neoliberal logics. As a contribution, we propose the concept of dual reference as a hermeneutical category capable of restoring the historicity of the subject. In it, the coincidence between lived position and epistemic position prevents the post-structuralist dissolution of the subject without falling back into essentialism. Gonzalez's work, developed from her condition as a Black Brazilian woman, illustrates how dual reference anchors the subject in concrete historical determinations that the subject can recognize, name, and transform. The methodology combines critical analysis of post-structuralist feminist texts with examination of their consequences in peripheral contexts where neoliberalism assumes particularly aggressive forms. We conclude that hermeneutics committed to emancipatory praxis must preserve historicity as its fundamental condition.*

***Keywords:*** *De-historicization. Dual reference. Feminist hermeneutics. Lélia Gonzalez. Neoliberalism. Post-structuralism.*

## Introdução

A teoria feminista contemporânea enfrenta um dilema hermenêutico complexo: instrumentos conceituais desenvolvidos para fins emancipatórios podem gerar consequências práticas que divergem radicalmente de suas intenções originais. Esta divergência não representa necessariamente falha teórica, mas indica a necessidade de vigilância hermenêutica constante sobre os mecanismos de produção de sentido e suas possíveis distorções sistêmicas. Este artigo persegue três objetivos interligados: 1) demonstrar como o mecanismo de "desestruturação" pós-estruturalista implica em "desistoricização" das categorias sociais, analisando casos paradigmáticos do feminismo; 2) examinar, a partir da obra de Lélia Gonzalez, como a coincidência entre posição vivida e posição epistêmica, que propomos chamar de dupla referência, constitui uma alternativa hermenêutica capaz de resgatar a historicidade do sujeito sem recair em essencialismo; 3) avaliar as consequências práticas dessas diferentes abordagens nos contextos periféricos, onde o neoliberalismo assume formas particularmente agressivas.

Inicialmente, pode-se considerar que o pós-estruturalismo francês ofereceu ao feminismo recursos analíticos importantes para questionar naturalizações biologizantes e universalizações excludentes. Conceitos como performatividade, *différance*, interseccionalidade e multiplicidade permitiram análises mais nuançadas das experiências femininas e o questionamento de pressupostos homogeneizadores presentes tanto no patriarcado tradicional quanto em certas vertentes do feminismo moderno.

Contudo, a incorporação dessas ferramentas conceituais pode gerar resultados ambíguos que merecem exame cuidadoso. Utilizando o conceito de "ironia da história" desenvolvido por Niebuhr (1952), identificam-se situações em que as consequências das ações diferem de, ou até mesmo contradizem, as intenções originais. Nossa hipótese é que certas vertentes do feminismo pós-estruturalista, ao desenvolver críticas anti-essencialistas, podem, inadvertidamente, ter criado condições para apropriações que funcionam contra seus próprios objetivos emancipatórios.

Esta investigação não pretende deslegitimar contribuições pós-estruturalistas ao pensamento feminista, mas examinar criticamente como instrumentos teóricos podem ser distorcidos quando articulados por lógicas sistêmicas diferentes daquelas que presidiram sua elaboração. Reconhecemos, portanto, que esta problemática reflete dilemas mais amplos sobre a relação entre produção teórica e apropriação social do conhecimento. A resposta que propomos não é o retorno a um sujeito essencialista, mas o reconhecimento de que sujeitos historicamente situados, como demonstra Lélia Gonzalez a partir da condição de mulher negra brasileira, produzem conhecimento precisamente porque não dissociam sua posição vivida de sua posição epistêmica. Essa dupla referência é o que preserva a historicidade como condição de transformação.

## Do estruturalismo à desconstrução do sujeito

Para compreender as possibilidades e os limites do pós-estruturalismo como instrumento para as hermenêuticas femininas, é necessário situá-lo historicamente. O estruturalismo, tal como se desenvolvido por seus autores clássicos, representava uma crítica ao sujeito humanista moderno. Era uma afronta à tradição herdada do cartesianismo. Ele propunha que o sujeito não é origem do sentido, mas efeito de estruturas que o precedem e constituem: a língua, o parentesco, o inconsciente. O sujeito autônomo, racional e senhor de sua história era, para o estruturalismo, uma ilusão produzida pelas próprias estruturas que ele supunha dominar (Dosse, 1994; Peters, 2000).

O pós-estruturalismo radicalizou essa crítica ao mesmo tempo em que se volta contra o próprio estruturalismo. Recusou a postura estruturalista que descentralizou o sujeito, substituindo-o por estruturas totalizantes e objetiváveis, pretendendo uma forma de cientificidade. Assim, a crítica paradigmática de Derrida (1967) ao estruturalismo afirma que toda estrutura se ancora em um "centro" que escapa ao jogo estrutural da diferença. Sem um centro fixo, as estruturas se abrem ao jogo infinito das substituições. Logo, não há origem nem fundamento último, apenas a cadeia de diferenças que Derrida (1967) nomeia *différance*. Foucault (1966), por sua vez, demonstra que as configurações históricas do saber não são estruturas universais, mas formações contingentes. Assim, seu projeto genealógico desloca tanto o sujeito humanista quanto as grandes estruturas em direção à análise das práticas discursivas e das relações de poder. Deleuze e Guattari (1980), ainda, propõem substituir modelos arborescentes e hierárquicos, inclusive os estruturais, pela lógica rizomática da multiplicidade e da diferença produtiva.

Assim, a diferença entre os dois movimentos é, portanto, estrutural. Enquanto o estruturalismo descentra o sujeito, mas preserva a estabilidade das estruturas como ponto de ancoragem, o pós-estruturalismo dissolve também essas estruturas em multiplicidades e diferenças. É precisamente nessa dissolução que se abre o espaço para as distorções que o presente artigo examina. Ao retirar tanto o sujeito quanto a estrutura como pontos de referência estáveis, o pós-estruturalismo cria condições para formas de análise que podem perder a capacidade de orientar transformações históricas concretas, pois para orientar transformações é necessário, antes de tudo, poder nomear aquilo que se quer transformar. Esta tensão transposta no feminismo, produz as "ironias da história".

## Contextualização: O pós-estruturalismo como resposta histórica

O feminismo da "segunda onda" (1960–1980) enfrentava limitações reais que demandavam revisão teórica. Como demonstrou hooks (1984), o movimento feminista dominante reproduzia exclusões raciais e classistas, universalizando experiências de mulheres brancas de classe média. Simultaneamente, o essencialismo biológico presente em certas vertentes feministas mostrava-se insuficiente para compreender a diversidade das experiências femininas e suas intersecções com outras formas de opressão.

Neste contexto, o pós-estruturalismo oferecia ferramentas conceituais que pareciam adequadas para fundamentar as análises feministas. A crítica derridiana ao logocentrismo ocidental (Derrida, 2005), a genealogia foucaultiana das relações de poder como produtivas e não apenas repressivas (Foucault, 1979), e a ontologia deleuziana da multiplicidade contra hierarquias arborescentes (Deleuze; Guattari, 1980) respondiam diretamente às limitações identificadas nas abordagens feministas anteriores (Sawicki, 1991).

Todavia, é crucial reconhecer que o pós-estruturalismo francês se desenvolveu entre as décadas de 1960-80, em contexto histórico específico marcado pelo *welfare State* (estado de bem-estar social), um modelo de proteção baseado na garantia estatal de direitos sociais universais caracterizado pela produção de massa fordismo, (Harvey, 2008). Este período caracterizou-se por projetos modernizadores e centralizadores, incluindo planejamento estatal da economia, políticas de pleno emprego e expansão dos serviços públicos (Esping-Andersen, 1990). As teorias de Foucault, Derrida e Deleuze emergiram como crítica às instituições totalizantes desta formação social. Afrontava o Estado centralizador, os partidos de massa, as universidades hierárquicas, os sindicatos burocratizados, mas não a emergência do capitalismo neoliberal flexível que se consolidaria a partir dos anos 1980, caracterizado pela desregulamentação, privatização e precarização das relações de trabalho (Anderson, 1999; Dardot; Laval, 2016; Jameson, 1997).

Isso também é demonstrado quando Deleuze e Guattari (1972) analisam as "máquinas desejantes" contra as estruturas rígidas, ou quando Derrida (1967) desenvolve a crítica às "presenças plenas", que operam dentro de uma formação social onde o problema central parecia ser o excesso de estruturação institucional, não sua dissolução mercantilizada. Jameson (1997) observa que o pós-modernismo é a própria lógica cultural do capitalismo tardio. Todavia, essa lógica ainda não estava plenamente desenvolvida quando as principais obras pós-estruturalistas foram elaboradas.

Essa observação contextualiza historicamente as limitações das teorias pós-estruturalistas sem desculpar suas possíveis consequências problemáticas. O pós-estruturalismo não antecipou que seus instrumentos analíticos seriam apropriados por um capitalismo que se beneficia da fluidez identitária, da fragmentação política e da dissolução de capacidades analíticas estruturais que essas teorias, inadvertidamente, promoviam.

Também é importante reconhecer as contribuições duradouras da incorporação pós-estruturalista pela teoria feminista. Crenshaw (1989) desenvolveu o conceito de interseccionalidade para incluir experiências de mulheres negras que não eram contempladas adequadamente nem pelo feminismo nem pelo movimento antirracista. Butler (1990) ofereceu ferramentas conceituais fundamentais para pessoas trans questionarem regimes normativos de inteligibilidade de gênero. Anzaldúa (1987) articulou identidades múltiplas e fluidas para expressar experiências chicanas que escapavam às categorizações binárias dominantes.

Todavia, mesmo com avanços teóricos e políticos reais, deve-se atentar para possíveis aplicações e resultados distorcidos, principalmente, quando articulados por lógicas sistêmicas diferentes.

## Casos paradigmáticos: da intenção emancipatória aos resultados distorcidos

Para examinar como instrumentos hermenêuticos emancipatórios podem gerar resultados distorcidos quando apropriados por lógicas sistêmicas diferentes, observaremos três casos paradigmáticos do feminismo pós-estruturalista. Cada caso revela aspectos específicos: o primeiro demonstra como a performatividade pode ser mercantilizada pelo capitalismo flexível; o segundo ilustra como a criatividade textual pode despolitizar lutas materiais; e o terceiro exemplifica como a diferença ontológica pode isolar analiticamente as experiências femininas. Como contribuição, ao longo de sua obra, Gonzalez (1935-1994) propõe a dupla referência que funciona como bloqueio hermenêutico à instrumentalização indevida da teoria pós-estruturalista. Estes casos não representam "falhas" teóricas, mas situações em que instrumentos conceituais válidos podem ser apropriados de forma a contradizer seus objetivos emancipatórios originais.

*Primeiro caso: Judith Butler, performatividade entre subversão e mercantilização*

A teoria da performatividade de gênero desenvolvida por Butler em *Problemas de Gênero* (1990) oferece um exemplo paradigmático das distorções que analisamos. Argumenta que o gênero não expressa uma identidade interior essencial, mas resulta de "atos performativos" repetitivos que criam a ilusão de naturalidade. Assim entende que "não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias 'expressões' que supostamente são seus resultados" (Butler, 1990, p. 44).

Esta formulação pode desenvolver consequências ambíguas. Por um lado, oferece recursos teóricos fundamentais para movimentos trans, permitindo questionar regimes normativos que patologizavam experiências de transgeneridade. Como observa Stone (2023), uma das pioneiras dos estudos trans, a performatividade oferecia alternativas à idealização compulsória ao demonstrar que todas as identidades de gênero são construídas.

Por outro lado, a teoria da performatividade parece prestar um serviço a novas formas de dominação estrutural, distorcendo seus objetivos emancipatórios. A fluidez identitária convergiu funcionalmente com as necessidades do capitalismo flexível pós-fordista, que requer simultaneamente consumidores segmentados (capazes de consumir produtos "personalizados" para identidades específicas) e força de trabalho adaptável (disposta a modificar identidades profissionais conforme demandas do mercado) (Boltanski; Chiapello, 2009). Como diagnostica Fraser, o feminismo que começou criticando o androcentrismo cultural terminou fornecendo justificação para novas formas de capitalismo flexível.

> À medida que os esforços para "proteger a sociedade da economia" eram identificados com a defesa da hierarquia de gêneros, a oposição feminista à dominação masculina podia facilmente ser interpretada como endossando as forças econômicas que devastavam a classe trabalhadora e as comunidades periféricas (Fraser; Sousa Filho, 2020, p. 272).

Esta convergência opera a partir de três mecanismos. Primeiro, a fluidez identitária é apropriada pelo marketing como diversificação de nichos de mercado: identidades de gênero tornam-se segmentos consumidores específicos, cada um com produtos "adequados" às suas "performances" particulares. Segundo, a crítica às identidades fixas é funcionalizada como ideologia da flexibilização laboral: trabalhadores devem ser "fluidos" o suficiente para adaptar-se a mudanças constantes nas demandas produtivas, transformando precariedade em "liberdade" performativa. Terceiro, a dissolução de categorias coletivas estáveis facilita a fragmentação sindical e política: se não existem "mulheres" como sujeito coletivo, torna-se mais complexo organizar lutas trabalhistas baseadas em experiências compartilhadas de discriminação salarial ou assédio sexual (McRobbie, 2009).

Ainda mais problemático, a dissolução do "sujeito mulher" em performances contingentes abandona o caráter histórico das relações de gênero, realizando uma forma de desistoricização, fator central nas distorções pós-estruturalistas. Quando Butler (1990) argumenta que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero, esse argumento, se lido fora do contexto de luta social da autora, também pode reduzir inadvertidamente a possibilidade de compreender o gênero como produto de processos históricos específicos – patriarcado, capitalismo, colonialismo – que poderiam ser historicamente transformados. Assim, os estudos de gênero, tomados estruturalmente sem considerar as lutas sociais que os fundaram, parecem sugerir que o gênero resulta de repetições performativas sem origem identificável, perdendo sua ancoragem nas estruturas materiais que o produzem.

A tendência à desistoricização gera dificuldades práticas para fundamentar lutas políticas coletivas baseadas em experiências históricas compartilhadas. Se experiências de discriminação salarial, violência doméstica ou criminalização reprodutiva são principalmente "efeitos" de práticas discursivas contingentes, como sustentar teoricamente a necessidade de transformações estruturais nas instituições que produzem sistematicamente essas opressões? Dessa forma (descontextualizada), a proposta conceitual da performatividade pode inadvertidamente obscurecer a materialidade histórica das relações patriarcais, dificultando análises que conectem experiências individuais com estruturas coletivamente transformáveis.

*Segundo caso: Hélène Cixous, écriture féminine, criatividade e despolitização*

O conceito de *écriture féminine* (escrita feminina) desenvolvido por Cixous representa uma tentativa criativa de articular a diferença feminina com práticas textuais subversivas. Em *O riso da Medusa* (1975), Cixous propõe que as mulheres desenvolvam formas específicas de escrita enraizadas em suas experiências corporais: "É preciso que a mulher se escreva: que a mulher escreva sobre a mulher e faça as mulheres virem à escrita" (Cixous, 1975, p. 129).

Esta proposta em*erge* de uma percepção legítima: a linguagem dominante estrutura-se de forma androcêntrica, por isso as mulheres necessitam desenvolver formas expressivas que não reproduzam lógicas binárias e hierárquicas do pensamento patriarcal. A *écriture féminine* funcionaria simultaneamente como hermenêutica (interpretação da experiência feminina) e como práxis criativa (produção de alternativas expressivas).

Contudo, pode gerar consequências não-intencionais que merecem atenção. Ao postular uma "especificidade ontológica" da escrita feminina baseada na anatomia, a interpretação desistoricizada pode reproduzir essencialismos biologizantes que o próprio feminismo procurou superar. Ao privilegiar a experimentação textual, também pode-se contribuir para a estetização de questões políticas concretas, reduzindo a capacidade de engajamento social.

Mais decisivo, porém, é o modo como essa estetização pode ser apropriada por lógicas neoliberais. Ao deslocar a emancipação para o terreno da expressão criativa individual, a *écriture féminine* torna-se assimilável pela "economia criativa" e pela figura do "empreendedorismo de si". Logo a "voz autêntica" feminina converte-se em marca pessoal monetizável, e a escrita do corpo, celebrada como autorrealização, é incorporada pelos mercados de bem-estar, *coaching* e "empoderamento de consumo". O resultado disso é que a criatividade perde sua característica subversiva, vira modismo, refuncionalizada como capital simbólico individual, transferindo a necessidade de transformação estrutural para a dimensão do esforço de cada mulher (McRobbie, 2009). E a luta coletiva colapsa ante a celebração de trajetórias singulares, fundamentando a individualização neoliberal das responsabilidades sociais.

Como observa Federici (2019), enquanto celebramos inovações na linguagem feminina, mulheres reais enfrentam feminicídio crescente, precarização do trabalho e criminalização de direitos reprodutivos. A questão não é simplesmente opor criatividade textual à política, mas examinar como articulá-las produtivamente sem que a sofisticação estética obscureça materialidades da opressão.

*Terceiro caso: Luce Irigaray, diferença sexual, valorização e isolamento analítico*

Irigaray desenvolve uma hermenêutica da diferença sexual que questiona a possibilidade de comunicação entre os sexos dentro dos marcos do pensamento ocidental. Em *Esse sexo que não*

*é um só* (1977), Irigaray argumenta que a diferença masculino-feminino é ontológica e irredutível, implicando em uma forma de experiência radicalmente diferente da masculina baseada na unidade e identidade.

A intenção da autora de valorizar a especificidade feminina contra sua redução aos termos masculinos dominantes responde a necessidades reais. O pensamento ocidental estruturou-se a partir de dualismos hierárquicos (mente/corpo, cultura/natureza, razão/emoção) que sistematicamente desvalorizaram termos associados ao feminino. A afirmação de uma diferença positiva oferece recursos para questionar essas hierarquias.

Entretanto, ao postular a diferença sexual ontológica, Irigaray pode criar condições para isolamento analítico das experiências femininas. Se homens e mulheres habitam mundos experienciais incomunicáveis, torna-se complexo desenvolver análises que articulem experiências específicas com estruturas sociais mais amplas. Como observa Nussbaum (1999), a diferença absoluta pode funcionar como isolamento que dificulta análises estruturais onde experiências femininas se articulam com totalidades sociais.

Mais do que isolar analiticamente, a afirmação de uma diferença feminina ontológica parece ter sido capturada pelas lógicas de mercado e convertida em essência comercializável. Assim, a "especificidade feminina" alimenta a segmentação de nichos com produtos, serviços e "valores femininos" vendidos como identidade de marca. Da mesma forma surge o discurso corporativo da "liderança feminina" e da diversidade, no qual a diferença é celebrada como ativo gerencial sem que as estruturas materiais de exploração sejam tocadas. Dessa forma, a incomunicabilidade, ao inviabilizar alianças que articulem gênero, classe e raça, reduz a política a reivindicações identitárias fragmentadas, a forma de resistência que o capitalismo flexível absorve com mais facilidade. Logo, a diferença que se pretendia crítica é refuncionalizada como diferenciação de mercado, esvaziando seu potencial de transformação estrutural.

### *A contribuição de Lélia Gonzalez: dupla referência como resgate da historicidade*

A obra de Gonzalez oferece uma contribuição paradigmática diante dos casos anteriores, isso porque nela a posição vivida e a posição epistêmica não se dissociam. Gonzalez pensa a partir de sua condição de mulher negra brasileira, não apesar dela, nem a abstraindo em categorias universais. Em textos como *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) e *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), ela demonstra que a articulação entre raça, gênero e classe no Brasil não é variação de um modelo teórico importado, mas produto de uma história específica de escravidão, colonialismo e formação do capitalismo periférico, que precisa ser nomeada em sua especificidade para poder ser transformada.

A esse movimento propomos chamar de "dupla referência": a coincidência entre a posição que o sujeito ocupa nas estruturas de dominação e a posição a partir da qual ele produz conhecimento sobre essas mesmas estruturas. Essa coincidência é condição necessária, pois parte de um conhecimento mais denso, porque ancorado na materialidade histórica que produz tanto o sujeito quanto as estruturas que ele analisa. Assim, o sujeito da dupla referência não está fora da história observando-a, está dentro dela, e por isso é capaz de nomeá-la e, ao nomeá-la, possibilitar sua transformação.

Este movimento é o inverso da desistoricização pós-estruturalista. Enquanto a proposta de Butler pode resultar na dissolução do "sujeito mulher" em performances contingentes sem origem identificável, Gonzalez demonstra que a mulher negra brasileira é produto de processos históricos

identificáveis, e isso fundamenta a possibilidade de resistência coletiva. A dupla referência não fixa o sujeito em uma essência, ela o ancora na história. E histórias, diferentemente de essências, podem ser transformadas.

## Análise do mecanismo central: desestruturação como desistoricização

A análise dos três casos revela um mecanismo específico por meio do qual instrumentos pós-estruturalistas podem gerar resultados distorcidos, pois o processo de "desestruturação" implica sistematicamente em "desistoricização" (Jameson, 1997). Quando o pós-estruturalismo "desestrutura" categorias como "mulher", "patriarcado" ou "capitalismo", não apenas as critica, mas remove sua especificidade histórica, transformando-as em condições ontológicas universais, jogos de linguagem atemporais, ou objetos teóricos abstratos desvinculados de suas condições materiais e históricas de emergência.

Esta operação reproduz uma inversão problemática que Marx (1867) já havia identificado no fetichismo da mercadoria: que as estruturas historicamente constituídas, e, portanto, potencialmente transformáveis pela práxis coletiva, são convertidas em "forças eternas" ou essências ontológicas naturalizadas de forma disfarçada. O caso paradigmático de Foucault (1975) em *Vigiar e punir* ilustra essa dinâmica. A prisão, instituição específica do capitalismo industrial que em*erge* para disciplinar a força de trabalho livre, torna-se "disciplina", condição universal da modernidade. Consequentemente, pessoas concretas podem perder sua condição de sujeitos históricos situados, sendo reduzidas a "efeitos" de forças desistoricizadas.

Essa dinâmica revela um equívoco metodológico crucial. Se existem problemas nas estruturas sociais, a resposta adequada não é necessariamente desestruturar, mas repensar os mecanismos estruturais para orientar sua transformação emancipatória. Ao escolher frequentemente a dissolução em vez da reestruturação, o pós-estruturalismo pode abdicar da tarefa fundamental da teoria crítica: orientar práticas transformadoras concretas baseadas na compreensão histórica das estruturas de dominação.

Como argumenta Thompson (1963) contra o estruturalismo althusseriano, estruturas sociais condicionam e são condicionadas pela ação humana. São os sujeitos que produzem a si mesmos, embora nem sempre escolham as circunstâncias. Esta perspectiva dialética, aplicada à teoria feminista, significa que estruturas patriarcais são produtos históricos específicos transformáveis a partir da ação coletiva teoricamente informada, não jogos de linguagem que obscurecem sua materialidade.

A desistoricização facilita apropriações neoliberais das teorias pós-estruturalistas porque neutraliza aquilo que o capitalismo contemporâneo mais precisa desarmar: a capacidade de análise sistêmica e ação coletiva historicamente orientada. Estruturas de dominação transformadas em multiplicidades fluidas, identidades performativas ou diferenças ontológicas perdem sua modificabilidade histórica concreta, tornando-se compatíveis com a lógica do capital que se beneficia da fragmentação das resistências e da redução do ser à configuração de mercado (Boltanski; Chiapello, 2009).

As consequências políticas são evidentes. Conceitos como interseccionalidade, quando separados de suas intenções políticas originais, podem ser transformados em fragmentação infinita que impossibilita coalizões baseadas em experiências compartilhadas de opressão. Similarmente, a performatividade, desconectada de sua crítica aos regimes normativos, pode ser apropriada como celebração da fluidez que serve ao capitalismo flexível.

Esta apropriação não representa um destino inevitável das teorias pós-estruturalistas, mas indica a necessidade de vigilância hermenêutica sobre como instrumentos conceituais são socialmente utilizados. Experiências como a da Marcha Mundial das Mulheres demonstram que é possível incorporar sensibilidade às diferenças dentro de projetos políticos que mantêm capacidade de análise estrutural e ação coletiva transformadora. No plano teórico, a obra de Gonzalez ilustra o mesmo movimento. Ao pensar a partir de sua condição de mulher negra brasileira, e não apesar dela, Gonzalez demonstra que a dupla referência entre posição vivida e posição epistêmica não fragmenta a análise, mas a ancora nas estruturas históricas concretas que precisam ser nomeadas para poder ser transformadas.

## O contexto neoliberal periférico: distorções particularmente agressivas

No contexto de países considerados periféricos pelas lógicas hegemônicas, as distorções das hermenêuticas pós-estruturalistas assumem características particularmente problemáticas. Nelas, políticas de ajuste estrutural se articulam com discursos de "empoderamento" e "diversidade" para intensificar formas de exploração. No contexto latino-americano, por exemplo, a fragmentação identitária pode coincidir com o aumento da violência contra mulheres e com a precarização sistemática de suas condições de vida.

Como demonstra Gago (2014) em *La razón neoliberal*, o neoliberalismo opera por meio da mercantilização de subjetividades, onde as mulheres pobres são simultaneamente responsabilizadas por suas situações e celebradas por sua capacidade de "agência" empresarial diante da precariedade. Assim, a ideologia de fluidez identitária serve para justificar a transferência de responsabilidades sociais do Estado para mulheres individualizadas, ocultando vulnerabilidades estruturais em "oportunidades" de autogestão precarizada.

Segato (2016), por sua vez, em *La guerra contra las mujeres*, analisa como esta dinâmica opera na fronteira extrativista do capitalismo, argumentando que a violência contra mulheres indígenas e camponesas é discursivamente transformada em questão de "diferenças culturais", obscurecendo sua funcionalidade aos processos de expropriação territorial. Assim, enquanto debates acadêmicos sobre performatividades se sofisticam, mulheres concretas enfrentam realidades materiais que demandam análises capazes de orientar resistências estruturais.

Esta apropriação assume formas especialmente problemáticas através de políticas de "*mainstreaming* de gênero" promovidas por organismos internacionais. Como demonstra Álvarez (2014) em seus estudos sobre a "saliência" dos feminismos latino-americanos, organizações multilaterais promovem simultaneamente discursos de "empoderamento feminino" e políticas de austeridade que destroem as bases materiais da autonomia das mulheres, onde a retórica da diversidade e da inclusão pode servir para legitimar a intensificação da exploração das mulheres trabalhadoras.

Nesse cenário, a desistoricização assume função potencialmente colonial. Como argumenta Lugones (2010) em *Toward a decolonial feminism*, o sistema moderno-colonial de gênero impõe categorias eurocentradas que podem fragmentar resistências baseadas em outras cosmologias, onde a celebração da multiplicidade pode reproduzir estratégias coloniais de fragmentação, impedindo articulações anti-sistêmicas baseadas em territórios e cosmologias específicas (Escobar, 2007; Walsh, 2008).

Dessa forma, o cabedal teórico acadêmico pode tornar-se funcionalmente problemático quando contribui para obscurecer análises estruturais necessárias para compreender a intensificação

da dominação patriarcal-capitalista em contextos periféricos, demandando perspectivas que articulem crítica epistemológica com economia política feminista.

## Para repensar os mecanismos hermenêuticos

A superação das limitações identificadas demanda abordagens hermenêuticas que preservem a dupla referência entre posição vivida e posição epistêmica, condição para que as estruturas de dominação sejam nomeadas em sua especificidade histórica e, portanto, orientadas à transformação. A contribuição de Gonzalez demonstrou que essa preservação não é apenas possível, mas teoricamente produtiva. Três vertentes teóricas convergem nessa direção, cada uma a seu modo resistindo à dissociação que o pós-estruturalismo promove: o feminismo materialista contemporâneo, a epistemologia feminista dos conhecimentos situados e o feminismo decolonial.

O feminismo materialista contemporâneo tem desenvolvido frameworks capazes de articular sensibilidade às diferenças com análise estrutural das bases materiais da opressão. Fraser (2009) propõe uma abordagem que reconecta lutas por reconhecimento com análises sistêmicas, buscando identificar as raízes estruturais da opressão das mulheres no sistema de acumulação contemporâneo sem homogeneizar experiências diversas. Esta perspectiva evita tanto o essencialismo quanto a fragmentação paralisante ao demonstrar como diferentes experiências femininas se articulam dentro de totalidades históricas específicas.

A contribuição de Federici (2019) exemplifica essa re-historicização produtiva. Ao analisar como a categoria "trabalho reprodutivo" foi historicamente invisibilizada para subsidiar a acumulação capitalista. Federici demonstra que a produção de seres humanos constitui a base oculta da acumulação capitalista, organizada através da naturalização do trabalho feminino não-remunerado. Esta análise permite compreender a opressão das mulheres como estruturalmente funcional ao capitalismo, mas também historicamente transformável, isso porque desvela os mecanismos sociais de sua construção. Essa re-historicização é possível pela dupla referência, onde quem vive o trabalho reprodutivo não invisibilizado fala de dentro da estrutura que o produziu.

Estas abordagens materialistas evitam a desistoricização ao demonstrar como estruturas aparentemente "ontológicas" – gênero, família, sexualidade –, são produtos de processos históricos identificáveis. Como argumenta Bhattacharya (2017), restituir historicidade às relações de gênero é condição necessária para restituir capacidade de transformação aos sujeitos que as vivem.

Paralelamente, a tradição epistemológica feminista dos "conhecimentos situados" oferece alternativas hermenêuticas que escapam tanto do relativismo quanto do objetivismo abstrato. Haraway (1988) desenvolve uma proposta epistemológica onde a alternativa ao relativismo são conhecimentos parciais, localizáveis e críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão de solidariedade na política e conversas compartilhadas na epistemologia.

Esta abordagem permite interpretar experiências femininas de forma contextualizada sem dissolvê-las em abstrações teóricas. Mulheres são reconhecidas como sujeitos epistêmicos situados, capazes de conhecimento válido sobre suas condições de existência, sem que isso implique essencialismo ou universalismo acrítico. Harding (1991). complementa esta perspectiva com a "teoria do ponto de vista", argumentando que grupos marginalizados podem ter potencial epistêmico específico para compreender relações de dominação. A hermenêutica valoriza experiências femininas específicas sem transformá-las em objetos teóricos abstratos ou mercadorias conceituais.

O feminismo decolonial contribui com alternativas hermenêuticas que articulam crítica ao eurocentrismo com materialidade territorial concreta. Lugones (2010) desenvolve o conceito de "colonialidade de gênero", mostrando como as categorias "homem" e "mulher" foram impostas colonialmente sobre sociedades com organizações diferentes, propondo que a decolonialidade de gênero seja compreendida como práxis que inclui transformação vivida do social, subjetivo, econômico e epistêmico.

Segato (2016), por sua vez, propõe hermenêutica que parte da materialidade dos territórios e dos corpos para compreender violências específicas contra mulheres no contexto latino-americano. Esta perspectiva permite interpretações situadas que mantêm conexão com lutas concretas por terra, água, vida e dignidade, evitando abstrações que obscurecem materialidades da opressão.

Essas vertentes convergem na proposição de hermenêuticas que mantêm capacidade analítica estrutural sem recair em universalismos homogeneizantes, reconhecendo diferenças sem fragmentar possibilidades de ação coletiva e integrando crítica epistemológica com orientação para transformação material das condições de existência. Tal convergência pode ser articulada em quatro critérios práticos: uma historicidade dialética, que interpreta as experiências femininas como histórica e socialmente situadas, evitando tanto os essencialismos a-históricos quanto as desistoricizações que naturalizam a dominação; uma materialidade corporificada, que ancora a interpretação nos corpos, territórios e relações sociais concretos, sem recair em determinismo biológico; uma capacidade de articulação, que conecta experiências específicas a análises estruturais, recusando tanto a homogeneização quanto a fragmentação paralisante; e uma orientação transformadora, que vincula a interpretação crítica a práticas concretas e a movimentos sociais reais, reconhecendo que a teoria feminista não é exercício puramente acadêmico, mas hermenêutica da práxis.

O conceito de "ironia da história" oferece chave interpretativa fundamental para compreender como intenções emancipatórias podem gerar consequências distorcidas quando instrumentos analíticos são apropriados por lógicas sistêmicas diferentes. Para as hermenêuticas femininas, isso implica necessidade de vigilância contínua sobre como nossos mecanismos de produção de sentido são socialmente utilizados. Esta vigilância não deve paralisar a produção teórica, mas orientá-la A partir da atenção constante às mediações entre elaboração conceitual e apropriação social. A experiência histórica demonstra que os melhores instrumentos analíticos podem ser distorcidos quando desconectados de suas intenções emancipatórias originais e de seus contextos de aplicação concreta.

## Considerações Finais

A análise das possíveis distorções nas hermenêuticas femininas pós-estruturalistas revela a necessidade de abordagens que articulem sofisticação conceitual com atenção às consequências práticas dos instrumentos analíticos. Nossa investigação não pretendeu deslegitimar contribuições importantes do feminismo pós-estruturalista, mas examinar como ferramentas emancipatórias podem gerar resultados ambíguos quando apropriadas por lógicas sistêmicas diferentes.

Conceitos como performatividade, interseccionalidade e *différance* ofereceram recursos fundamentais para complexificar análises feministas, incluir experiências marginalizadas e questionar essencialismos problemáticos. Simultaneamente, a operação de "desestruturação" pode ter gerado "desistoricização" que facilita apropriações neoliberais, transformando estruturas históricas modificáveis em objetos, mercadorias ou condições ontológicas naturalizadas. Ao mesmo

tempo, a obra de Lélia Gonzalez demonstrou que é possível produzir análise densa e politicamente orientada sem dissociar a posição vivida da posição epistêmica.

As alternativas hermenêuticas que exploramos – materialismo feminista re-historicizado, epistemologia situada, feminismo decolonial –, sugerem caminhos para articular crítica anti-essencialista com capacidade de orientar transformações concretas. Essas abordagens demonstram possibilidade de manter sofisticação analítica sem dissolver a capacidade de compreender e transformar estruturas históricas de dominação.

O feminismo contemporâneo enfrenta desafios materiais que exigem instrumentos analíticos capazes de orientar resistências: ascensão de fundamentalismos, precarização do trabalho, militarização crescente, crise climática que afeta desproporcionalmente as mulheres. Responder adequadamente exige hermenêuticas capazes de interpretar experiências femininas de forma que oriente, ao invés de fragmentar, capacidades de transformação coletiva.

O desafio teórico e político que enfrentamos é desenvolver formas de interpretação que sirvam à transformação das condições que geram a opressão das mulheres, sem incorrer nas distorções que transformam instrumentos emancipatórios em mercadorias conceituais. A dupla referência não é uma solução definitiva. Trata-se de uma exigência hermenêutica permanente: que quem teoriza responda de onde fala, e que esse lugar seja reconhecido não como limitação, mas como condição de um conhecimento comprometido com a transformação. Gonzalez não nos deu apenas um exemplo, nos deu um critério. Hermenêuticas que preservem a coincidência entre posição vivida e posição epistêmica preservam também a historicidade das estruturas de dominação como condição de sua transformabilidade. E é isso que impede que ferramentas emancipatórias se tornem, pela ironia da história, instrumentos de novas formas de objetificação disfarçadas de radicalidade teórica.

## Referências


Álvarez, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014. Doi: https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013.

Anderson, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Anzaldúa, G. *Borderlands/La Frontera*: the new mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

Bhattacharya, T. *Social reproduction theory*: remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017.

Boltanski, L.; Chiapello, È. *The new spirit of capitalism*. London: Verso, 2009.

Butler, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Cixous, H. O riso da medusa. *In*: Brandão, R. S. *et al. Traduções da Cultura*: perspectivas feministas (1970–2010). Florianópolis: Edufal, 2017.

Crenshaw, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf. Acesso em: 20 jun. 2025.

Deleuze, G.; Guattari, F. *O Anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.

Deleuze, G.; Guattari, F. *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

Derrida, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Derrida, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Dosse, F. *História do estruturalismo*. v. 2: o canto do cisne de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio; Unicamp, 1994.

Escobar, A. Worlds and knowledges otherwise: the latin american modernity/coloniality research program. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007.

Esping-Andersen, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

Foucault, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Foucault, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

Foucault, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Fraser, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505. Acesso em: 30 ago. 2025.

Fraser, N.; Sousa Filho, J. I. R. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios*: *Revista de Filosofia* (UFRN), v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876. Acesso em: 30 ago. 2025.

Gago, V. *La razón neoliberal*: economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES__L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

Gonzalez, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92-93, p. 69-82, 1988. Disponível em: https://elasexistem.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/gonzalez-lelia.-a-categoria-politico-cultural-da-amefricanidade.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

Haraway, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: https://commons.princeton.edu/hum583-f21/wp-content/uploads/sites/283/2021/08/Haraway-Situated-Knowledges.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

Harding, S. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

Harvey, D. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.

Hooks, B. *Feminist theory*: from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

Irigaray, L. *Esse sexo que não é um só*. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.

Jameson, F. *Posmodernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

Lugones, M. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40928654. Acesso em: 02 jan. 2026.

Marx, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

McRobbie, A. *The aftermath of feminism*: gender, culture and social change. London: Sage, 2009.

Niebuhr, R. *The irony of american history*. New York: Charles Scribner's Sons, 1952.

Nussbaum, M. The professor of parody: the hip defeatism of Judith Butler. *The New Republic*, 22 fev. 1999.

Peters, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Sawicki, J. *Disciplining Foucault*: feminism, power and the body. New York: Routledge, 1991.

Segato, R. L. *La Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. Disponível em: https://www.traficantes.net/libros/la-guerra-contra-las-mujeres. Acesso em: 29 ago. 2025.

Federici, S. *O Ponto Zero da Revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

Stone, S. O Império contra-ataca: um manifesto pós-transexual. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 19, p. 254-277, 2023. Doi: https://doi.org/10.9771/peri.v2i19.53117.

Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Walsh, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 131-152, 2008. Disponível em: https://revistatabularasa.org/numero-9/08walsh.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.